

O BEM E O MAL EM PORTUGAL

Ensaio político-filosófico sobre a luz adiada de uma
nação

2.ª edição reformulada

Francisco Gonçalves
com co-autoria editorial de Augustus

2.^a EDIÇÃO REFORMULADA

O BEM E O MAL EM PORTUGAL

Ensaio político-filosófico sobre a luz adiada de uma nação

Francisco Gonçalves

com co-autoria editorial de Augustus

Índice

1. Dedicatória
2. Prefácio
3. A Constituição luminosa e o país real
4. O bem privado e a coragem pública
5. A corrupção como roubo de futuro
6. A justiça lenta e o tempo como cúmplice
7. A compaixão, a vítima e o predador
8. O burocrata e a máquina sem rosto
9. A escola que esqueceu o carácter
10. A mediocridade como sistema de defesa
11. O país que desperdiça riqueza humana
12. O ruído público e o cinismo nacional
13. A organização da decência
14. Um novo contrato moral para Portugal
15. Epílogo

Dedicatória

Aos portugueses honestos, silenciosos e esquecidos, que sustentam o país sem o capturar, trabalham sem roubar, sofrem sem desistir e ainda guardam, algures no peito, a ideia perigosa de que Portugal podia ser maior.

Àqueles que, mesmo cansados, não confundem prudência com cobardia, nem esperança com ingenuidade.



Prefácio

A ferida e a luz

Há livros que nascem de uma ideia. Outros nascem de uma ferida. Este pertence à segunda família. Não porque deseje habitar a amargura, mas porque há feridas que, quando são antigas, deixam de ser apenas dor e passam a ser conhecimento. Portugal, para quem o ama com lucidez, é muitas vezes isso: uma dor inteligente.

O país tem uma Constituição generosa, uma história rica, um povo trabalhador, um oceano pela frente e uma posição no mundo que poderia ter sido usada como alavanca de grandeza. Tem universidades, investigadores, engenheiros, médicos, professores, técnicos, artistas, programadores, agricultores, pequenos empresários e emigrantes que, espalhados pelo mundo, demonstram uma capacidade que tantas vezes a pátria não soube acolher.

E, no entanto, a sensação que atravessa décadas é a de uma promessa adiada. Adiada por corrupção, por justiça lenta, por burocracia sem alma, por política pequena, por carreiras protegidas, por elites que confundem Estado com prolongamento da sua sala privada. O país não falhou por falta de palavras bonitas. Falhou por excesso de palavras sem consequência.

Este livro pergunta pelo bem e pelo mal em Portugal. Não como catecismo, nem como sermão, nem como guerra de santos contra demónios. O bem e o mal aparecem aqui como forças humanas, institucionais e culturais. O bem está na honestidade, na coragem, na competência, no cuidado, na justiça, na responsabilidade. O mal está na predação, na mentira, na impunidade, no abuso do poder, no desprezo pelos frágeis, na apropriação do que pertence a todos.

O mal moderno, porém, raramente surge com rosto grotesco. Pode apresentar-se com discurso técnico, gravata discreta, gabinete climatizado e linguagem jurídica impecável. Pode dizer que cumpre procedimentos enquanto destrói vidas. Pode falar de interesse público enquanto serve interesses privados. Pode esconder-se atrás de comissões, pareceres, prazos, recursos, regulamentos e uma fantástica arte portuguesa: a de tornar tudo tão complexo que a responsabilidade desaparece no nevoeiro.

Também o bem tem os seus equívocos. Nem toda a pessoa decente é automaticamente cidadã corajosa. Há bondades privadas que nunca entram na praça pública. Há honestidades que não roubam, mas também não impedem que roubem. Há consciências limpas que dormem enquanto a casa comum arde devagar. A pergunta difícil não é apenas porque existem maus; é porque tantos bons se tornam inofensivos.

A obra que se segue não oferece uma fórmula milagrosa. Milagres, em política, costumam ser publicidade com incenso. O que aqui se propõe é mais austero: pensar Portugal como problema moral e institucional; distinguir humanidade de ingenuidade; recusar vingança, mas exigir protecção; defender direitos, mas recuperar deveres; amar a liberdade, mas não tolerar que ela seja usada como biombo da impunidade.

A esperança que atravessa estas páginas não é uma flor de estufa. É uma esperança rude, de quem conhece a sombra e ainda assim recusa ajoelhar. Portugal não precisa de salvadores providenciais. Precisa de cidadãos que deixem de ser espectadores da sua própria diminuição.



A Constituição luminosa e o país real

A distância entre a promessa democrática e a prática quotidiana

Uma Constituição pode desenhar uma casa justa; não pode obrigar os seus habitantes a deixarem de a vandalizar.

Este capítulo abre a obra porque é nele que se fixa a primeira distinção: Portugal não carece de uma linguagem constitucional respeitável; carece de uma prática institucional que esteja à altura dessa linguagem. A distância entre ambas não é um detalhe técnico. É uma falha de carácter público.

A Constituição deve ser lida como promessa e como medida. Promessa do país que quis nascer depois da ditadura; medida do país que ainda fica aquém de si próprio. O seu valor está também em nos impedir de aceitar a degradação como normalidade.

A promessa escrita

A Constituição portuguesa é filha de uma ruptura histórica. Nasceu depois de décadas de ditadura, censura, medo e pobreza institucionalizada. Por isso transporta uma ambição moral: fundar uma comunidade política onde a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a justiça social e a participação democrática deixassem de ser concessões e passassem a ser fundamento.

Não é uma Constituição pequena. Não se limita a organizar poderes ou a distribuir competências. Quer apontar um horizonte. Fala de direitos, deveres, democracia, igualdade e protecção dos cidadãos perante o arbítrio. Tem, portanto, uma dimensão ética que deve ser reconhecida, mesmo por quem discorde de muitas opções políticas que nela foram inscritas.

O problema português começa quando a promessa escrita encontra a prática real. A lei suprema pode ser nobre, mas não executa despachos, não investiga crimes, não acelera tribunais, não impede concursos viciados, não substitui a coragem de magistrados, políticos, funcionários e cidadãos. A Constituição abre uma porta; a sociedade decide se entra.

O país praticado

O cidadão comum não vive dentro de artigos constitucionais. Vive em filas, repartições, tribunais, centros de saúde, escolas, autarquias, plataformas digitais, serviços que não respondem, decisões que demoram e promessas que se evaporam. A Constituição pode dizer que a dignidade humana é princípio fundamental; mas o cidadão mede a dignidade pela forma como é tratado quando precisa do Estado.

É nessa experiência concreta que se forma a confiança ou a descrença. Quando uma pessoa espera anos por uma decisão judicial, quando vê escândalos arrastarem-se até à prescrição, quando sente que a influência abre portas que o mérito não abre, a Constituição deixa de ser uma garantia vivida e passa a ser uma bela inscrição numa parede distante.

A democracia portuguesa sofre precisamente dessa cisão. Formalmente, tem eleições, instituições, tribunais, fiscalização e liberdade de expressão. Materialmente, conserva zonas de opacidade, redes de dependência, lentidão punitiva para os fracos e lentidão protectora para os fortes. Não é uma ditadura; mas também não é ainda a democracia exigente que prometeu ser.

A igualdade que tropeça

A igualdade perante a lei é uma das ideias mais belas da modernidade. Contudo, em Portugal, demasiados cidadãos suspeitam — e muitas vezes com razão prática — que essa igualdade se degrada quando entram em cena dinheiro, contactos, escritórios influentes ou proximidade ao poder. A suspeita pode ser corrosiva, mesmo quando nem todos os casos a confirmam.

Não basta que a lei proclame igualdade. É necessário que o cidadão sinta que o seu caso não vale menos por não conhecer ninguém. O Estado de Direito vive de procedimentos, sim; mas vive também de percepção pública de justiça. Quando essa percepção se perde, a democracia fica com uma fissura no alicerce.

O drama não é apenas jurídico. É cultural. Se a sociedade aprende que a regra existe, mas que a excepção se negocia, instala-se uma pedagogia venenosa. Os jovens percebem-na depressa: trabalhar, estudar e cumprir são virtudes; mas talvez não cheguem se a rede certa valer mais do que o esforço.

Cumprir, não venerar

Portugal tem uma tendência curiosa: reverencia princípios em cerimónias e contorna-os em práticas. Celebra-se a Constituição, citam-se artigos, fazem-se discursos, invoca-se Abril, mas a vida administrativa e política continua muitas vezes presa a hábitos antigos: segredo, favor, deferência, medo de afrontar corporações, lentidão e falta de responsabilização.

Cumprir a Constituição seria muito mais exigente do que louvá-la. Seria construir justiça célere, administração simples, fiscalização séria, transparência radical nos actos públicos, protecção de denunciantes, igualdade efectiva no acesso a oportunidades e uma cultura política onde o cargo fosse serviço e não prémio.

O primeiro capítulo deste livro não acusa a Constituição. Acusa a distância entre ela e o país que se habituou a viver abaixo dela. Essa distância é o espaço onde crescem a corrupção, o cinismo e a resignação. Reduzi-la seria talvez a primeira forma adulta de patriotismo.

A Constituição vivida nas pequenas coisas

O teste de uma Constituição não está apenas nos grandes acórdãos ou nas cerimónias oficiais. Está nas pequenas relações entre cidadão e poder. Está na clareza de uma notificação, na rapidez de uma licença justa, na possibilidade de contestar sem se perder, na sensação de que o Estado não é dono da pessoa.

Quando esses pequenos contactos falham, a Constituição perde corpo. Continua verdadeira no plano jurídico, mas enfraquece no plano afectivo. O cidadão não se apaixona por sistemas abstractos; ganha respeito por instituições quando elas o tratam com respeito.

A democracia quotidiana é feita destes gestos administrativos. Uma repartição que explica bem, um tribunal que decide a tempo, uma escola que acolhe, um hospital que responde, uma autarquia que não discrimina. É aí que a Constituição deixa de ser livro e passa a ser experiência.

O perigo da solenidade vazia

As democracias gostam de solenidade. Hinos, bandeiras, discursos, aniversários, sessões comemorativas. Nada disso é mau. Os símbolos ajudam uma comunidade a lembrar-se de si própria. O perigo começa quando a solenidade substitui a exigência.

Celebrar Abril enquanto se tolera a captura do Estado é transformar memória em decoração. Invocar direitos enquanto se aceita a humilhação burocrática é transformar linguagem moral em verniz. O país não precisa de menos memória; precisa de memória com consequências.

A melhor homenagem a uma Constituição não é citá-la. É fazê-la descer ao cotidiano. O patriotismo constitucional, se a expressão não for demasiado pomposa, consiste precisamente em obrigar o país real a aproximar-se do país que jurou ser.

O pacto por cumprir

Uma Constituição é também um pacto entre gerações. Os que a escreveram entregaram aos vindouros uma linguagem de liberdade; os que a herdaram têm a obrigação de não a transformar em peça de museu. O pacto por cumprir está nessa passagem da herança para a responsabilidade.

O país real não precisa de ser perfeito para honrar a Constituição. Precisa, porém, de mostrar movimento. Quando os mesmos vícios persistem durante décadas, a imperfeição deixa de ser acidente e passa a ser acomodação.

A pergunta final deste capítulo, portanto, não é se a Constituição é bela. É se temos coragem para a tornar incômoda para quem vive da sua neutralização.

O remate deste capítulo é institucional: não basta defender a Constituição contra inimigos declarados; é preciso defendê-la contra a erosão quotidiana, contra a complacência e contra a arte subtil de prometer sem cumprir.

A partir daqui, a análise desloca-se da lei para o cidadão. Porque nenhuma arquitectura constitucional sobrevive se aqueles que a habitam preferirem a comodidade do silêncio ao esforço da presença.



O bem privado e a coragem pública

Porque a decência doméstica não basta para salvar uma democracia

Ser bom em privado é virtude; ser justo em público é responsabilidade.

Depois da arquitectura legal, entramos no território mais íntimo da cidadania: a diferença entre ser moralmente correcto na vida privada e ser moralmente útil na vida pública. Esta distinção é desconfortável, porque ninguém gosta de descobrir que a própria decência pode ser insuficiente.

O capítulo não acusa a bondade comum. Pelo contrário, parte dela. Mas pergunta se essa bondade tem voz, método e coragem, ou se permanece fechada no conforto da casa, enquanto a praça é ocupada por quem não tem pudor em usá-la.

A casa e a praça

Portugal está cheio de pessoas decentes. Gente que trabalha, paga, cuida dos filhos, visita os pais, ajuda o vizinho, cumpre horários e se envergonharia de roubar um cêntimo. Esta bondade quotidiana é real e deve ser respeitada. Sem ela, o país já teria desabado há muito.

Mas a democracia não vive apenas da moral doméstica. Vive também da coragem pública. Entre ser boa pessoa e ser cidadão activo existe uma distância que Portugal raramente percorre com firmeza. A pessoa boa não pratica o mal; o cidadão responsável tenta impedir que o mal governe.

É aqui que aparece uma das nossas fraquezas. Muitos portugueses são moralmente íntegros na vida privada, mas politicamente resignados. Comentam, lamentam, ironizam, encolhem os ombros e seguem. O país fica assim entregue a uma minoria mais organizada, mais persistente e menos escrupulosa.

A prudência que envelheceu mal

Durante muito tempo ensinou-se que não levantar ondas era sabedoria. Em famílias, empregos, repartições e comunidades, a prudência tornou-se mecanismo de sobrevivência. O problema é que a prudência, quando deixa de proteger a vida e passa a proteger o abuso, muda de natureza. Torna-se cobardia com bons modos.

Não se exige heroísmo permanente. Uma sociedade que exige heróis em cada esquina já falhou nas instituições. Mas é preciso reconhecer que há momentos em que o silêncio pesa. Quando alguém sabe de uma injustiça e se cala para não se comprometer, não se torna necessariamente mau; mas deixa o mal trabalhar com menos obstáculos.

A cobardia pública raramente se apresenta como cobardia. Aparece como realismo, cautela, moderação, maturidade, sentido de oportunidade. É por isso que é tão eficaz. Vem vestida de bom senso e, quando damos por ela, já confundimos paz social com anestesia moral.

O preço de falar

Denunciar tem custos. Em Portugal, quem levanta problemas é muitas vezes tratado como incómodo, exagerado, difícil, conflituoso ou desleal. A cultura institucional protege a tranquilidade da máquina mais depressa do que protege a verdade. O mensageiro é avaliado antes da mensagem.

Este mecanismo é devastador. Ensina aos competentes que convém calar. Ensina aos honestos que é perigoso insistir. Ensina aos jovens que a coragem tem custos e que a adaptação rende mais. Assim se fabrica uma sociedade aparentemente pacífica, mas interiormente cansada.

A coragem pública precisa de protecção social e institucional. Não basta elogiar denunciante depois de destruído. É necessário criar condições para que a verdade não seja uma carreira suicida. Uma democracia decente não pode depender apenas da bravura solitária de alguns.

Da bondade à presença

A decência portuguesa precisa de sair de casa. Precisa de comparecer em associações, autarquias, escolas, debates, plataformas cívicas, movimentos locais, fiscalização de contratos, petições, assembleias e espaços de decisão. Não para gritar mais alto, mas para não deixar que o silêncio seja confundido com consentimento.

O bem público é uma construção. Exige método, paciência e persistência. A indignação espontânea pode abrir uma porta, mas não sustenta uma obra. O país precisa de cidadãos que aprendam a transformar desconforto em projecto, que passem da queixa à proposta e da proposta à vigilância.

Este capítulo não termina com apelo grandioso. Termina com uma tarefa simples: deixar de tratar a política como uma sujidade dos outros. A vida comum suja-se quando os melhores se retiram dela. A praça pública pode ser áspera, mas é nela que se decide a qualidade da casa.

A solidão do cidadão incómodo

Quem decide agir descobre rapidamente a solidão. Não a solidão romântica do herói, mas a solidão prática de quem envia cartas, pede esclarecimentos, insiste em reuniões, denuncia falhas e percebe que muitos concordam em privado mas desaparecem em público.

Esta solidão é um mecanismo disciplinador. O sistema não precisa de punir todos; basta mostrar que quem se mexe fica exposto. O medo espalha-se por antecipação. Cada pessoa imagina o custo e conclui que talvez seja melhor não complicar.

Uma cultura cívica madura deve proteger os incómodos necessários. Nem todo o incómodo tem razão, evidentemente. Mas uma sociedade onde ninguém incomoda o poder está mais perto da servidão do que da paz.

A coragem discreta

Nem toda a coragem faz barulho. Há coragem em assinar uma reclamação fundamentada, em recusar uma cunha, em não alinhar numa mentira de equipa, em apoiar quem denuncia, em votar contra o interesse imediato, em dizer numa reunião aquilo que todos murmuram no corredor.

Portugal talvez precise menos de gestos épicos e mais desta coragem discreta, acumulada, quotidiana. O abuso alimenta-se da expectativa de que ninguém queira estragar o ambiente. Quando algumas pessoas deixam de representar esse papel, a atmosfera muda.

A coragem pública não nasce pronta. Treina-se. Primeiro num gesto pequeno, depois noutro. A cidadania, como o corpo, perde músculo quando não é usada.

A ética que não pede aplauso

A coragem cívica mais útil raramente recebe medalhas. Muitas vezes acontece em silêncio, no gesto de quem recusa uma vantagem indevida, documenta uma irregularidade, acompanha um processo até ao fim ou apoia alguém injustamente isolado.

Portugal precisa desta ética sem palco. Uma ética que não espere reconhecimento imediato, porque sabe que a vida pública se limpa com actos repetidos e pouco espectaculares. O espectáculo moral dura pouco; o hábito moral muda ambientes.

Talvez a grande revolução portuguesa comece quando a decência deixar de se imaginar minoritária e perceber que, organizada, pode ser clima.

A coragem pública não exige que todos sejam mártires. Exige apenas que suficientes cidadãos deixem de se comportar como convidados numa casa que também lhes pertence.

O passo seguinte é compreender por que razão uma minoria nociva consegue tanto espaço. Para isso é preciso observar a organização da sombra.



A corrupção como roubo de futuro

O crime limpo que deixa o país moralmente saqueado

O dinheiro público nunca é abstracto: tem sempre a forma de uma escola, de um hospital, de uma estrada, de um salário ou de uma oportunidade.

A corrupção merece capítulo próprio porque é mais do que um vício administrativo. É uma pedagogia negativa. Ensina que o caminho torto compensa, que a vergonha é dispensável e que a coisa pública pode ser tratada como mina privada.

Não se trata de imaginar um país povoado por corruptos. Essa caricatura seria injusta. Trata-se de perceber como uma minoria com acesso, rede e oportunidade consegue impor custos enormes a uma maioria honesta mas pouco protegida.

O crime sem sangue visível

A corrupção é frequentemente tratada como irregularidade, esperteza, desvio, caso, nebulosa, suspeita, matéria em investigação. A linguagem suaviza o acto. Mas, no fundo, trata-se de apropriação privada do que pertence à comunidade. É roubo, ainda que venha acompanhado de pareceres elegantes.

A sua perversidade está em não mostrar imediatamente as vítimas. Um assalto na rua tem rosto, medo, grito, notícia. A corrupção esconde as consequências em listas de espera, obras mal feitas, concursos distorcidos, oportunidades perdidas e impostos desperdiçados. Mata devagar, e por isso parece menos brutal.

O corrupto raramente se vê a si próprio como predador. Prefere imaginar-se esperto, pragmático, integrado nas regras não escritas do jogo. É essa auto-absolvição que torna o fenómeno tão resistente. Quando a imoralidade se convence de que é apenas realismo, o país passa a viver num manicómio ético com contabilidade organizada.

O dinheiro público tem corpo

Cada euro desviado tem um corpo ausente. Pode ser o corpo de uma criança numa escola sem aquecimento, de um doente que espera consulta, de um idoso num lar indigno, de um investigador sem financiamento, de um jovem que parte porque aqui não encontrou lugar. O dinheiro público não é uma massa sem rosto; é a matéria concreta da vida colectiva.

Por isso a corrupção é mais grave do que a soma dos seus montantes. Destrói confiança. Quando os cidadãos acreditam que o esforço fiscal alimenta redes de interesses, deixam de se reconhecer no Estado. Pagam porque são obrigados, não porque se sentem parte de um pacto justo.

A consequência política é profunda: sem confiança, cresce o cinismo; com o cinismo, cresce a abstenção; com a abstenção, os aparelhos organizados ganham mais peso; e com esse peso reproduzem o sistema que gerou a descrença. A corrupção não rouba apenas recursos. Rouba participação democrática.

O mercado deformado

A corrupção também destrói economia. Uma empresa competente que perde para uma empresa protegida não perde apenas um contrato; perde a fé num mercado justo. A inovação recua quando percebe que a melhor proposta vale menos do que a melhor ligação. O país fica mais pobre porque a selecção deixa de premiar competência.

Este é um dos grandes crimes silenciosos contra Portugal. Não se trata apenas de moral pública. Trata-se de produtividade, riqueza, futuro tecnológico e capacidade de reter talento. Os países que protegem medíocres ligados ao poder acabam por expulsar excelentes sem padrinhos.

O discurso oficial sobre modernização torna-se então quase cómico. Fala-se de inovação, digitalização, investimento e competitividade, enquanto certas práticas antigas continuam a funcionar nos bastidores com a eficiência de uma máquina bem oleada. É a startup nation com software de capelinha.

Sanção e vergonha

Combater a corrupção exige leis, meios e investigação especializada. Mas exige também cultura de vergonha. Uma sociedade que continua a acolher corruptos como figuras de prestígio, desde que ainda tenham dinheiro, influência ou boa conversa, não está verdadeiramente escandalizada. Está apenas temporariamente incomodada.

A sanção deve ser judicial, patrimonial e política. Quem corrompe ou se deixa corromper deve perder vantagens, cargos, reputação pública e capacidade de regressar tranquilamente ao circuito de influência. Sem consequências visíveis, a corrupção transforma-se em investimento de risco aceitável.

Este capítulo tem uma conclusão própria: não há regeneração moral sem custo para quem saqueia. A sociedade que não pune a corrupção ensina aos honestos que foram ingénuos. E quando os honestos começam a sentir-se ingénuos, a República entra numa zona perigosa.

A estética da respeitabilidade

Um dos truques da corrupção sofisticada é a estética. O corrupto moderno não aparece necessariamente como marginal. Pode ter linguagem moderada, currículo brilhante, contactos internacionais, presença em conferências e uma notável capacidade para falar de ética pública sem corar.

A respeitabilidade funciona como escudo. A sociedade hesita em suspeitar de quem sabe vestir-se, citar leis e frequentar os lugares certos. O velho preconceito contra o crime de rua convive com uma estranha benevolência perante o crime de gabinete.

Por isso o combate à corrupção exige também imaginação moral: aprender a ver para lá da aparência. O mal de colarinho branco não deixa de ser mal por usar perfumes caros e palavras como compliance.

A pedagogia da consequência

O que verdadeiramente muda comportamentos não é apenas a existência de normas, mas a experiência social da consequência. Se alguém rouba e continua respeitado, a norma enfraquece. Se alguém denuncia e é destruído, a norma inverte-se.

As sociedades educam pelo exemplo dos casos concretos. Cada corrupto condenado com recuperação de património ensina uma lição. Cada corrupto impune ensina outra. Cada protecção efectiva a um denunciante forma cultura democrática. Cada abandono forma medo.

A pergunta prática é simples: que lições públicas estamos a transmitir? Enquanto a resposta for ambígua, a corrupção continuará a tratar o risco como custo operacional.

A captura da linguagem

A corrupção aprende depressa a mudar de nome. Já não é favor, é relação institucional. Já não é tráfico de influência, é conhecimento do sector. Já não é saque, é oportunidade. A linguagem é o primeiro território a ser ocupado.

Quando as palavras se tornam macias demais, a indignação perde atrito. Por isso é essencial recuperar vocabulário moral. Chamar roubo ao roubo, abuso ao abuso, conflito de interesses ao conflito de interesses, responsabilidade à responsabilidade.

Uma sociedade que deixa os corruptos escolherem as palavras acaba por discutir no terreno deles. E nesse terreno a verdade entra sempre com atraso.

A corrupção não se combate apenas com indignação moral. Combate-se com investigação, transparência, punição patrimonial, memória pública e vergonha social restaurada.

O capítulo seguinte entra no lugar onde essa consequência deveria ganhar forma: a justiça. Aí se verá como o tempo pode ser juiz oculto.



A justiça lenta e o tempo como cúmplice

Quando a demora deixa de ser acidente e passa a ser derrota moral

A justiça que chega tarde não absolve apenas culpados; condena inocentes à espera.

A justiça é o lugar onde uma democracia promete converter conflito em decisão legítima. Quando funciona, contém a violência e restaura confiança. Quando falha, deixa atrás de si uma poeira moral que se deposita sobre todos.

Este capítulo concentra-se no tempo. Não no tempo filosófico, mas no tempo concreto de quem espera: a vítima, o arguido, o cidadão, a empresa, a família. O relógio pode ser instrumento de garantia; também pode tornar-se cúmplice silencioso.

O calendário invisível

A justiça não se mede apenas pela qualidade das decisões. Mede-se também pelo tempo que demora a produzi-las. O tempo judicial é uma personagem oculta em cada processo: pode proteger direitos, mas também pode destruir vidas. A demora excessiva muda o sentido da justiça, mesmo quando a sentença final é tecnicamente correcta.

Para uma vítima, esperar anos não é uma formalidade. É viver suspensa. É repetir mentalmente os factos, adiar lutos, perder energia, desconfiar das instituições, sentir que o Estado pediu paciência mas não ofereceu amparo. A espera prolongada é uma segunda pena, aplicada a quem não foi condenado.

Para o poderoso, pelo contrário, o tempo pode ser estratégia. Recursos, incidentes, perícias, adiamentos e complexidades processuais tornam-se armas quando há dinheiro e assessoria. Assim nasce uma desigualdade prática: todos têm direitos, mas nem todos têm a mesma capacidade de comprar tempo.

Prescrição como falência

A prescrição é juridicamente compreensível. Nenhum Estado deve poder perseguir indefinidamente qualquer facto sem limites. Mas quando processos relevantes prescrevem por incapacidade do próprio sistema, a prescrição deixa de parecer garantia e passa a parecer falência. A sociedade lê-a como desistência.

Cada caso arrastado até desaparecer no calendário envia uma mensagem devastadora: a verdade pode existir, a suspeita pode ser forte, a investigação pode ter mérito, mas a máquina não chegou a tempo. É difícil pedir confiança aos cidadãos depois de lhes mostrar que o relógio é mais eficaz do que o tribunal.

A reforma da justiça deve, por isso, tratar o tempo como matéria constitucional. Não se trata de exigir julgamentos sumários, nem de sacrificar garantias. Trata-se de perceber que garantias sem prazo razoável acabam por beneficiar quem melhor manipula a demora.

Independência e responsabilidade

A independência judicial é indispensável. Sem ela, a justiça torna-se instrumento do poder político ou económico. Mas independência não pode significar isolamento aristocrático. Uma magistratura independente continua a dever explicação, eficiência, avaliação e responsabilidade institucional.

Em Portugal, o debate sobre justiça é muitas vezes empurrado para extremos. Ou se ataca os tribunais como se fossem inimigos, ou se trata qualquer crítica como ameaça ao Estado de Direito. Nenhum destes caminhos serve. Uma democracia adulta protege a independência dos juizes e exige, simultaneamente, que o sistema funcione.

Responsabilizar não é perseguir. Avaliar não é subjugar. Pedir celeridade não é pedir condenações automáticas. A justiça precisa de recursos, tecnologia, gestão, simplificação e coragem interna para enfrentar corporativismos. A toga não perde dignidade por prestar contas; ganha legitimidade.

A confiança como sentença maior

A sentença mais importante de qualquer sistema judicial é a confiança pública. Quando os cidadãos acreditam que os tribunais podem ser lentos, caros, opacos e imprevisíveis, começam a resolver a vida por fora: desistência, arranjo, influência, medo ou vingança simbólica nas redes sociais.

A justiça lenta alimenta populismos porque deixa espaço ao grito. Quando a instituição não responde a tempo, aparece sempre alguém a prometer simplicidade brutal. Defender o Estado de Direito exige, portanto, torná-lo eficaz. A melhor defesa da justiça é fazer justiça em tempo humano.

Este capítulo não pede mão pesada. Pede relógio moral. Um país civilizado não deve julgar com fúria, mas também não pode julgar como quem envia uma carta por diligência no século XIX. A justiça precisa de tempo para ser justa; mas tempo demais transforma-se em injustiça.

A linguagem que afasta o cidadão

A justiça comunica mal. Usa uma linguagem necessária em parte, mas frequentemente inacessível. O cidadão que entra num processo percebe depressa que a verdade da sua experiência será traduzida para fórmulas, prazos e categorias que raramente reconhece.

Essa tradução é inevitável até certo ponto; o Direito precisa de rigor. Mas o rigor não deve ser confundido com obscuridade. Uma justiça democrática deve explicar-se. Não para se vulgarizar, mas para que o cidadão saiba em que mundo entrou.

A opacidade linguística protege muitas vezes a autoridade de quem fala. Mas a autoridade legítima não teme ser compreendida. Pelo contrário, deve procurar sê-lo.

A justiça e os pobres de tempo

Há pobres de dinheiro e pobres de tempo. Muitos cidadãos não podem esperar anos, faltar ao trabalho, pagar deslocações, consultar advogados sucessivamente, reunir documentos, acompanhar notificações. Para eles, a demora não é incómodo; é exclusão.

Quando o sistema exige paciência ilimitada, favorece quem pode comprá-la. A igualdade formal dissolve-se perante a desigualdade de recursos. Esta é uma das formas mais discretas de injustiça social.

Reformar a justiça passa, portanto, por olhar para a vida concreta dos seus utilizadores. Um processo não deve ser desenhado apenas para juristas; deve ser suportável por seres humanos.

A casa comum do Direito

O Direito não pertence apenas aos juristas. Eles são os seus técnicos, intérpretes e guardiões profissionais, mas o fundamento moral da justiça pertence à comunidade. Quando o cidadão deixa de compreender o Direito, o Direito começa a perder a comunidade.

A pedagogia jurídica deveria ser parte da vida democrática. Saber o que é um direito, um dever, uma prova, um prazo, um recurso, uma responsabilidade, não deveria ser privilégio de especialistas. A ignorância legal torna o cidadão dependente e vulnerável.

Uma justiça mais próxima não é uma justiça populista. É uma justiça que sabe que a sua autoridade cresce quando se deixa compreender.

A justiça precisa de independência para não ser instrumento; precisa de eficiência para não ser ficção. Uma sem a outra deixa o cidadão desprotegido.

Mas a justiça não lida apenas com corrupção e conflitos administrativos. Lida também com dor extrema, crime grave e protecção dos vulneráveis. É esse o terreno seguinte.



A compaixão, a vítima e o predador

Humanidade sem ingenuidade perante o crime grave

A dignidade humana não termina na cela; mas também não começa apenas quando o agressor é detido.

A questão penal é talvez a mais delicada da obra, porque nela a civilização é posta à prova. É fácil defender direitos quando estamos longe da dor; é mais difícil equilibrar direitos, protecção e lucidez quando a vítima tem rosto.

O capítulo procura afastar dois extremos: a sede de vingança, que brutaliza a sociedade, e a ingenuidade que confunde todo o agressor com alguém pronto a renascer. Entre ambos, há uma justiça exigente que não abandona os inocentes.

Contra a vingança

Uma sociedade civilizada deve recusar a vingança. O Estado não existe para devolver sofrimento em forma de espectáculo. Existe para proteger, julgar, punir com medida e impedir que a dor privada se transforme em barbárie colectiva. Esta conquista é preciosa e não deve ser abandonada.

A prisão, quando necessária, não deve ser sadismo organizado. A pessoa condenada continua a ter direitos básicos, corpo, nome e possibilidade abstracta de mudança. Negar isto seria degradar a própria ideia de justiça. O problema começa quando esta humanidade se transforma em ingenuidade sistemática.

Há crimes que nascem de circunstâncias, imaturidade, vício, desespero ou trajectos de vida quebrados. Há pessoas que podem reconstruir-se. Mas há também padrões persistentes de predação, crueldade e ausência de empatia. Tratar tudo da mesma forma é sentimentalismo burocrático.

A vítima esquecida

O discurso penal fala muito do agressor: pena, reintegração, direitos, percurso, tratamento. Deve falar. Mas fala muitas vezes menos da vítima: medo, trauma, perda, humilhação, sensação de abandono, vida alterada para sempre. A vítima aparece no processo, mas nem sempre no centro moral da sociedade.

Mais grave ainda é a vítima futura. Ela não tem nome porque o crime ainda não aconteceu. Não aparece em estatísticas, não dá entrevistas, não tem advogado, não é lembrada em debates. Contudo, é a pessoa que o Estado tem o dever de proteger quando avalia a libertação, a reincidência e a perigosidade.

A compaixão equilibrada exige olhar para todos os lados da tragédia. Não se trata de desumanizar o condenado; trata-se de impedir que a humanidade concedida ao agressor se faça à custa da segurança de quem nada fez.

Perigosidade não é palavrão

A palavra perigosidade incomoda porque pode ser mal usada. Regimes autoritários abusaram dela para prender dissidentes, pobres, incómodos e diferentes. É uma cautela legítima. Mas reconhecer riscos reais em predadores sexuais reincidentes, assassinos frios ou agressores persistentes não é autoritarismo; é defesa racional da comunidade.

O desafio está em criar mecanismos sérios, controlados por juízes, apoiados por peritos independentes e sujeitos a revisão. Avaliar risco não pode ser um ritual vazio nem uma sentença eterna disfarçada. Deve ser instrumento de protecção, prudência e responsabilidade.

Prisões sem tratamento podem apenas guardar problemas. Libertações sem avaliação podem devolvê-los à sociedade com verniz humanista e perigo intacto. O caminho civilizado está entre estes dois erros: firmeza sem crueldade, tratamento sem ilusão, vigilância sem abuso.

Proteger é também humanizar

Há quem confunda firmeza penal com regressão moral. Nem sempre. Proteger crianças, mulheres, idosos, frágeis e cidadãos indefesos é uma das formas mais altas de humanidade. Uma sociedade que não protege os vulneráveis não é progressista; é apenas descuidada com vocabulário nobre.

A reintegração deve continuar a ser objectivo sempre que seja possível. Mas a palavra possível precisa de ser levada a sério. Não basta desejar mudança; é necessário verificar sinais, trajectos, responsabilidade assumida, risco real e condições de acompanhamento.

Este capítulo termina numa fronteira delicada: a justiça não deve odiar ninguém, mas deve saber defender alguém. A vítima não pode ser nota de rodapé num sistema enamorado da sua própria benevolência. O bem, quando é lúcido, sabe que proteger também é amar.

A ilusão da conversão automática

A ideia de que toda a pessoa muda se receber tempo suficiente é bonita, mas incompleta. Há mudanças reais, e devem ser reconhecidas. Há também adaptações superficiais, manipulações e discursos de conveniência. O sistema penal não pode confundir bom comportamento estratégico com transformação profunda.

A avaliação séria exige tempo, competência e humildade. Psicologia, psiquiatria, serviço social, magistratura e forças de segurança devem dialogar sem dogmas. Nenhuma área possui sozinha a chave da verdade humana.

A prudência não é desumanidade. Em crimes graves, duvidar com responsabilidade pode salvar vidas. O erro por excesso de credulidade também tem vítimas, mesmo que só apareçam depois.

A memória das vítimas

Muitas vítimas desaparecem do debate depois da notícia inicial. A sociedade comove-se durante uns dias, depois volta à rotina. Mas a vida dessas pessoas não volta ao início. O trauma prolonga-se, muda famílias, altera corpos, estraga noites, corrói confiança.

Uma justiça centrada também na vítima deve garantir informação, acompanhamento, protecção, reparação possível e respeito. Não basta usar a vítima como peça processual e abandoná-la depois ao seu próprio labirinto.

A memória das vítimas é uma forma de higiene moral. Impede que a abstracção jurídica apague o sofrimento concreto. Sem essa memória, a compaixão torna-se selectiva e a justiça perde parte da sua alma.

A prudência como dever perante inocentes

Em matéria de crime grave, a prudência não deve ser vista como preconceito contra o condenado. Deve ser vista como dever perante inocentes. O risco nunca será zero, mas há riscos que uma sociedade não tem o direito de tratar com leviandade.

A civilização mede-se também pela forma como protege quem não tem voz forte: crianças, vítimas dependentes, pessoas ameaçadas, idosos, cidadãos isolados. Estes não podem ser sacrificados num altar abstracto de optimismo penal.

A esperança na recuperação humana é bela quando acompanhada de verificação. Sem verificação, pode transformar-se em abandono mascarado de bondade.

A justiça penal revela a maturidade de uma comunidade: se for cruel, desumaniza; se for ingénua, abandona. O equilíbrio é difícil, mas é precisamente por isso que deve ser procurado sem slogans.

A obra passa agora para uma forma menos dramática, mas muito comum, de agressão institucional: a máquina burocrática que fere sem rosto.



O burocrata e a máquina sem rosto

A violência silenciosa dos procedimentos que esquecem pessoas

Há carimbos que não matam, mas conseguem humilhar com notável eficiência administrativa.

Nem sempre a degradação do país vem sob forma de escândalo. Muitas vezes chega em carta registrada, formulário ilegível, plataforma avariada ou despacho sem rosto. A burocracia pode ser uma forma civilizada de desespero.

Este capítulo olha para a máquina administrativa como problema moral. Não basta perguntar se ela cumpre normas; é preciso perguntar se ainda reconhece pessoas. Um Estado que esquece rostos começa a governar fantasmas.

A frieza do procedimento

Nem todo o mal público usa corrupção ou violência. Há um mal mais cinzento, menos espectacular e extremamente português: a burocracia que transforma pessoas em processos, dores em campos obrigatórios, urgências em senhas e direitos em labirintos. Ninguém parece culpado, mas todos sofrem as consequências.

A administração é necessária. Sem regras, o Estado torna-se capricho. Mas regras sem inteligência criam uma crueldade impessoal. O cidadão não enfrenta uma pessoa; enfrenta um sistema que responde com mensagens automáticas, prazos incompreensíveis, menus errados e exigências documentais que parecem escritas por um comité de esfinges cansadas.

O burocrata individual pode ser honesto e até simpático. O problema está na cultura que o treina para defender o procedimento antes de compreender o caso. Quando a forma se torna mais importante do que a justiça material, o Estado cumpre papéis e falha pessoas.

A responsabilidade diluída

Uma das grandes habilidades da máquina burocrática é dissolver responsabilidades. O erro nunca pertence a ninguém. Foi o sistema, a plataforma, o departamento, a norma, o despacho, o prazo, a competência de outra entidade. O cidadão percorre corredores físicos ou digitais onde cada porta o remete para a próxima.

Esta diluição produz impotência. A pessoa deixa de discutir uma decisão concreta e passa a lutar contra uma névoa. Mesmo quando tem razão, cansa-se. E o cansaço do cidadão é uma das grandes fontes de poder da burocracia.

Um Estado democrático deve ser legível. O cidadão tem direito a saber quem decidiu, porquê, com que fundamento, em que prazo e como pode contestar. A opacidade administrativa é uma forma menor de tirania, justamente por parecer apenas aborrecimento.

Digitalizar não é humanizar

Portugal gosta de anunciar modernização digital. Há progressos reais, sem dúvida. Mas digitalizar formulários maus não os torna bons. Transformar uma fila de balcão numa fila invisível atrás de uma plataforma não é revolução; é apenas transferir o sofrimento para o ecrã.

A tecnologia deveria simplificar, antecipar erros, cruzar dados, evitar duplicações, explicar linguagem legal e devolver tempo aos cidadãos. Muitas vezes faz o contrário: exige uploads absurdos, validações obscuras, códigos temporários, menus que escondem o caminho certo e mensagens de erro que parecem haikus escritos por uma impressora deprimida.

O problema não é tecnológico; é filosófico. Uma plataforma desenhada sem empatia reproduz a arrogância da repartição. O Estado digital só será democrático se for pensado a partir da vida real das pessoas, não da conveniência interna da máquina.

Reumanizar o Estado

Reumanizar a burocracia exige linguagem clara, prazos vinculativos, responsabilidade nominal, atendimento competente, interoperabilidade, simplificação legal e uma cultura de serviço. A palavra serviço é essencial: o Estado não concede favores ao cidadão; cumpre deveres perante ele.

Também exige proteger os bons funcionários. Muitos trabalham em sistemas absurdos, mal desenhados, sem meios e sob chefias mais preocupadas com estatísticas do que com soluções. A reforma administrativa deve libertar estes profissionais da máquina, não apenas culpá-los por ela.

Este capítulo deixa uma imagem: um país decente reconhece o cidadão pelo rosto antes de o reduzir a número. A burocracia é necessária como esqueleto; mas uma nação governada apenas por ossos esqueceu a carne, a voz e a alma.

O cidadão como suspeito

Muitas estruturas administrativas parecem partir do princípio de que o cidadão está errado, incompleto ou a tentar enganar. Em vez de facilitar o cumprimento, criam barreiras. A desconfiança torna-se método.

Naturalmente, há fraude e abuso, e o Estado deve preveni-los. Mas quando todo o cidadão é tratado como potencial infractor, a relação democrática degrada-se. A administração deixa de ser serviço e passa a ser controlo defensivo.

Um Estado inteligente distingue risco real de suspeita generalizada. Confia por defeito, verifica com critério e pune com firmeza quando necessário. A confiança também é eficiência.

A simplicidade como justiça

Simplificar não é empobrecer. Pelo contrário, é uma forma de inteligência institucional. Um procedimento claro reduz erros, custos, ansiedade e arbitrariedade. A complexidade excessiva cria dependência de intermediários e abre espaço a favores.

A simplicidade é particularmente importante para idosos, pessoas com menos literacia digital, cidadãos em sofrimento e pequenas empresas sem departamentos jurídicos. Uma regra incompreensível para quem deve cumpri-la é uma regra democraticamente defeituosa.

Reformar a burocracia não exige apenas software novo. Exige perguntar, em cada norma: isto é mesmo necessário? Quem prejudica? Quem beneficia da confusão? A pergunta parece ingénua; talvez por isso seja tão perigosa.

O tempo roubado pelo Estado

A burocracia rouba sobretudo tempo. Tempo de trabalho, de família, de saúde, de criação, de descanso. Rouba-o em parcelas pequenas, tantas vezes invisíveis, que parecem inevitáveis. Mas a soma nacional desse tempo perdido é gigantesca.

Quando milhares de cidadãos gastam horas a corrigir erros de plataformas, repetir documentos, telefonar para linhas que não respondem ou interpretar instruções obscuras, o país desperdiça vida. Não é apenas ineficiência; é apropriação administrativa do tempo dos outros.

Um Estado respeitador deve considerar o tempo do cidadão como bem público. Cada simplificação verdadeira é uma devolução de vida.

A burocracia mostra que o mal público pode ser cinzento, educado e legalista. Nem tudo o que cumpre norma cumpre justiça.

A prevenção desta frieza começa cedo. Por isso a reflexão segue para a escola, onde se decide parte do carácter futuro da República.



A escola que esqueceu o carácter

Ensinar matérias não chega para formar uma democracia

Uma escola que fabrica diplomas sem consciência entrega o futuro a gente instruída mas moralmente analfabeta.

Nenhuma regeneração política dura se não começar na educação. A escola não pode resolver todos os males da sociedade, mas uma sociedade que abdica de formar carácter acaba por pagar essa demissão em tribunais, empresas, famílias e instituições.

O capítulo não defende uma escola moralista ou autoritária. Defende uma escola humana e exigente, capaz de ensinar liberdade com responsabilidade, pensamento crítico com humildade, direitos com deveres e conhecimento com consciência.

A instrução e a formação

A educação é frequentemente discutida em torno de programas, exames, rankings, tecnologias e carreiras docentes. Tudo isso importa. Mas há uma pergunta anterior: que tipo de ser humano queremos formar? Sem esta pergunta, a escola arrisca-se a tornar-se fábrica de competências úteis a um mercado que não pergunta pela alma.

Uma democracia precisa de cidadãos capazes de pensar, discordar, argumentar, reconhecer a dignidade do outro, resistir à manipulação, cumprir deveres e desconfiar da autoridade quando ela se torna abuso. Estas capacidades não nascem espontaneamente aos dezoito anos. Aprendem-se desde cedo.

Portugal não sofre apenas por falta de literacia técnica. Sofre por défice de carácter cívico. Há muita gente com formação formal que nunca aprendeu a diferença entre esperteza e inteligência, entre sucesso e decência, entre obediência e responsabilidade.

A dignidade começa em casa e continua na escola

A primeira escola moral é a família. É ali que a criança aprende, ou não aprende, que os outros existem, que a mentira tem custo, que a força não dá razão, que o fraco não é brinquedo, que pedir desculpa não diminui. Mas a escola tem a responsabilidade de consolidar ou corrigir esse primeiro mundo.

Quando casa e escola falham, a sociedade recebe adultos capazes de usar palavras sofisticadas para justificar comportamentos primitivos. A violência, o abuso, a corrupção e o desprezo pelos vulneráveis não surgem do nada. Têm raízes numa educação que falhou na empatia, no limite e na responsabilidade.

Educar para a dignidade humana não é doutrinar. É ensinar que cada pessoa tem valor antes de ter utilidade. É talvez a lição mais simples e mais revolucionária que uma comunidade pode transmitir.

Pensamento crítico sem teatro

Fala-se muito de pensamento crítico. A expressão tornou-se tão repetida que quase perdeu dentes. Pensar criticamente não é decorar slogans de liberdade, nem repetir opiniões dominantes com ar rebelde. É aprender a perguntar, verificar, escutar, duvidar de si próprio e aceitar que a verdade pode ser incómoda.

A escola deveria ser o lugar onde se treina a discordância civilizada. Um país que não sabe discutir acaba aos gritos ou em silêncio. Nas redes sociais vê-se esse fracasso: tribos inflamadas, insulto rápido, suspeita permanente, incapacidade de separar pessoa e argumento.

Formar pensamento crítico é formar anticorpos contra demagogos, corruptos e manipuladores. Um cidadão que sabe ler dados, interpretar discursos e reconhecer falácias é mais difícil de comprar com promessas vagas. Por isso a educação é sempre política no sentido mais nobre: decide a qualidade da liberdade futura.

Uma pedagogia da responsabilidade

A escola portuguesa precisa de recuperar a palavra dever sem medo de parecer antiga. Direitos sem deveres tornam-se consumo; deveres sem direitos tornam-se servidão. A cidadania adulta vive da tensão entre ambos. Ensinar isto é preparar a democracia para respirar.

Seria útil que os alunos conhecessem melhor a Constituição, a história da liberdade, o funcionamento dos tribunais, o orçamento público, a ética da ciência, a responsabilidade ambiental, o valor do trabalho e a diferença entre serviço público e captura privada. Não como sermão, mas como alfabetização cívica.

Este capítulo não pede uma escola sisuda, cheia de moralismos poeirentos. Pede uma escola viva, exigente e humana. Um país que quer combater o mal público deve começar por formar pessoas capazes de o reconhecer antes de ele lhes oferecer emprego.

A autoridade que educa

A escola não deve regressar ao autoritarismo. Mas também não pode ter medo da autoridade legítima. Crianças e jovens precisam de limites, não como repressão, mas como estrutura para crescerem sem se tornarem reféns do impulso.

A autoridade educativa deve ser clara, justa e exemplar. O professor que exige respeito deve também respeitar. A instituição que pede responsabilidade deve praticá-la. A incoerência adulta é rapidamente detectada pelos jovens, que nela aprendem uma lição perigosa: a moral é teatro.

Educar carácter implica consistência. Não se ensina dignidade com humilhação, nem liberdade com abandono, nem responsabilidade com permissividade caótica.

A cultura do serviço

Seria saudável que a escola introduzisse experiências reais de serviço à comunidade: projectos com idosos, ambiente, bibliotecas, ciência cidadã, associações locais, protecção animal, apoio a colegas, património. A cidadania aprende-se melhor quando deixa de ser capítulo e passa a ser gesto.

O serviço não deve ser caridade paternalista. Deve ser descoberta da interdependência. Um jovem que percebe que a comunidade depende dele aprende algo que nenhum exame mede: a sua vida tem impacto nos outros.

Uma democracia precisa de pessoas capazes de servir sem se sentirem diminuídas. O culto do sucesso individual, sem esta dimensão, produz carreiras talvez brilhantes, mas comunidades frias.

Aprender a reconhecer o mal comum

A educação cívica deveria ensinar a reconhecer formas comuns de mal: a mentira conveniente, a humilhação do fraco, a violência disfarçada de brincadeira, a corrupção pequena, a indiferença perante injustiça, a pressão do grupo sobre a consciência.

Não se trata de assustar crianças com uma visão sombria da humanidade. Trata-se de lhes dar linguagem para perceberem o que já encontram no recreio, na internet, na família, na rua e, mais tarde, no trabalho.

Quem reconhece cedo o abuso tem mais hipóteses de não o praticar, de não o aceitar e de proteger quem o sofre.

Educar é preparar a liberdade para não se transformar em egoísmo. É dar instrumentos para pensar e limites para respeitar.

Mesmo assim, a educação só frutifica se o país souber acolher a excelência que ela produz. O capítulo seguinte olha para a mediocridade como sistema de bloqueio.



A mediocridade como sistema de defesa

Como a pequenez protege os seus lugares contra a excelência

A mediocridade não teme a ignorância; teme a competência que lhe revela a fraude.

A mediocridade é tratada aqui não como insulto fácil, mas como sistema de defesa. Há pessoas medianas honestas e úteis, como há pessoas brilhantes moralmente perigosas. O problema não é a mediania humana; é a mediania instalada no poder e armada contra a excelência.

Este capítulo nasce da percepção de que Portugal, demasiadas vezes, protege estruturas pequenas de pessoas grandes. E quando um país faz isso por muito tempo, não apenas perde talento: educa o talento a partir.

A mediocridade organizada

A mediocridade não é simples falta de talento. Isso seria humano e desculpável. Todos temos limites. A mediocridade perigosa é outra: a que se organiza para impedir que a excelência a ultrapasse, a que transforma cargos em trincheiras e hierarquias em castelos de insegurança.

Portugal conhece bem este fenómeno. O competente é muitas vezes visto como ameaça. O independente como problema. O criador como exagerado. O inconformado como pessoa difícil. A estrutura pequena prefere quem não perturba, quem não pergunta demais, quem não revela, pelo simples brilho do trabalho, a pobreza da chefia.

A consequência é um desperdício nacional imenso. Talento que se cala, emigra, muda de área, trabalha abaixo da capacidade ou envelhece em combate solitário. O país perde energia criadora não porque ela não exista, mas porque demasiadas instituições a tratam como corpo estranho.

A inveja contra o mérito

A inveja social é uma força política subestimada. Não aparece em programas de governo, mas move decisões, bloqueios, comentários e exclusões. Há ambientes onde fazer bem é quase uma provocação. Quem se destaca precisa de pedir desculpa por existir.

O mérito, naturalmente, não deve ser confundido com arrogância. Uma sociedade justa deve proteger os vulneráveis e corrigir desigualdades de partida. Mas combater privilégios não pode significar hostilizar competência. Sem excelência, os países tornam-se amáveis no discurso e pobres na prática.

Portugal precisa de uma cultura que saiba admirar sem servilismo e criticar sem ressentimento. Enquanto o sucesso alheio for lido como ofensa pessoal, continuaremos a exportar talentos e a importar desculpas.

Hierarquias pequenas

Muitas organizações portuguesas sofrem de uma patologia silenciosa: chefias que confundem autoridade com posse. Em vez de criarem condições para que os melhores cresçam, cercam território, controlam informação, atrasam decisões e preferem colaboradores obedientes a colaboradores brilhantes.

Esta cultura tem custos económicos e morais. A inovação precisa de liberdade, confiança, erro inteligente e discussão franca. Onde reina o medo hierárquico, as pessoas dizem o que a chefia quer ouvir. Depois todos fingem surpresa quando o projecto falha.

A autoridade legítima não teme competência à sua volta. Pelo contrário, procura-a. Um verdadeiro líder mede-se pela qualidade das pessoas que liberta, não pela pequenez das pessoas que mantém dependentes.

Grandeza humilde

A alternativa não é substituir mediocridade por culto narcisista dos vencedores. Isso seria outro erro. Portugal precisa de uma grandeza humilde: reconhecer mérito, premiar competência, aceitar pensamento original, proteger a excelência e colocá-la ao serviço do bem comum.

Uma sociedade adulta não pergunta apenas quem é obediente; pergunta quem resolve, cria, cuida, constrói e melhora. A excelência deve ser avaliada por resultados e por ética. Talento sem carácter pode tornar-se predatório; carácter sem competência pode tornar-se impotente.

Este capítulo encerra com uma proposta cultural: deixar de tratar a ambição criadora como vaidade. Há uma ambição limpa, feita de obra e serviço. Portugal precisa dela como de água num verão longo.

A excelência como bem comum

A excelência não deve ser privilégio de elites fechadas. Deve ser bem comum. Um bom médico, uma boa professora, um bom programador, uma boa juíza, um bom técnico, uma boa gestora pública melhoram a vida de todos. Defender excelência é defender qualidade democrática.

O discurso contra o elitismo é justo quando denuncia privilégios herdados, arrogância social e circuitos fechados. Torna-se injusto quando passa a suspeitar de toda a competência. Um país que confunde mérito com opressão acaba governado por mediocridades muito inclusivas na aparência e muito incompetentes na prática.

A verdadeira igualdade não consiste em baixar todos ao mesmo nível. Consiste em abrir caminhos para que mais pessoas possam elevar-se e contribuir.

A expulsão suave dos melhores

Nem todo o talento sai do país de avião. Parte também interiormente. Continua cá, mas deixa de propor, deixa de insistir, deixa de arriscar. É uma emigração da alma profissional.

Esta expulsão suave é difícil de medir. Não aparece nas estatísticas de emigração, mas vê-se em reuniões sem ideias, organizações sem ambição, jovens que aprendem cedo a não dar demasiado nas vistas. O país perde antes mesmo de saber o que perdeu.

Combater a mediocridade exige criar ambientes onde a competência não seja ameaça. Onde a pergunta incômoda seja valorizada, o erro honesto seja aproveitado e o conformismo deixe de ser seguro de carreira.

A humildade dos excelentes

Defender excelência exige também defender humildade. A competência que despreza os outros converte-se facilmente em arrogância tecnocrática. O país não precisa de substituir uma elite medíocre por uma elite brilhante mas fechada.

A grandeza útil é a que eleva à volta. Um excelente verdadeiro cria escola, partilha método, forma sucessores, melhora instituições. Não usa o talento como pedestal, mas como ferramenta.

Esta distinção é importante: o combate à mediocridade só é moralmente legítimo quando procura libertar capacidades colectivas, não apenas coroar vaidades individuais.

O combate à mediocridade não é culto dos brilhantes; é defesa do bem comum contra estruturas que preferem segurança pequena a obra grande.

Mas talento reconhecido precisa de campo produtivo. A pergunta seguinte é económica e tecnológica: que riqueza fazemos nascer da inteligência disponível?



O país que desperdiça riqueza humana

Ciência, tecnologia, empresas e a dificuldade portuguesa de implementar futuro

Ter talento não basta; é preciso criar instituições que não o esmaguem antes de dar fruto.

Depois da mediocridade, surge a pergunta económica e tecnológica: o que fazemos com a inteligência que temos? Um país não se mede apenas pelo que sente, mas pelo que consegue construir com o que sabe.

Portugal tem recursos humanos, posição, clima, língua, oceano e capacidade técnica. O problema está em transformar potencial em implementação. A obra passa aqui da crítica moral para a crítica produtiva: sem criação de riqueza, a liberdade fica mais frágil.

A promessa produtiva

Portugal gosta de dizer que tem talento. E tem. Basta ver a qualidade de muitos investigadores, engenheiros, programadores, médicos, arquitectos, técnicos e empreendedores. A diáspora portuguesa confirma-o todos os dias: quando colocados em ecossistemas exigentes e menos fechados, muitos portugueses brilham.

O problema é a passagem da capacidade individual para riqueza colectiva. Entre a ideia e a implementação abre-se frequentemente um vale de burocracia, financiamento insuficiente, aversão ao risco, desconfiança institucional e cultura de pequena escala. O país entusiasma-se com conceitos e tropeça na execução.

Esta falha é decisiva. No século XXI, riqueza nasce cada vez mais de conhecimento, tecnologia, propriedade intelectual, dados, energia, automação, ciência aplicada e organização. Um país que não transforma inteligência em valor fica condenado a vender sol, simpatia e mão-de-obra barata com vista para o mar.

A ponte partida entre investigação e empresa

Universidades e empresas ainda vivem, em muitos casos, de costas semi-voltadas. Há bons exemplos, mas não chegam. A investigação precisa de liberdade; a empresa precisa de mercado; o Estado deveria ajudar a construir pontes. Demasiadas vezes limita-se a lançar programas com linguagem moderna e execução antiga.

A inovação não nasce apenas de subsídios. Nasce de continuidade, confiança, contratação pública inteligente, laboratórios vivos, capital paciente, gestores competentes, protecção da propriedade intelectual e cultura de colaboração. Sem isto, projectos brilhantes morrem depois do primeiro entusiasmo.

O país precisa de deixar de tratar tecnologia como acessório e ciência como ornamento. A soberania futura será também digital, energética, alimentar, industrial e cognitiva. Quem não cria, compra. Quem só compra, depende. Quem depende, obedece mais do que imagina.

O turismo como conforto perigoso

O turismo trouxe riqueza, emprego e visibilidade. Seria absurdo negá-lo. Mas quando uma economia se apaixona demasiado por rendimentos fáceis e imediatos, começa a esquecer sectores que exigem mais paciência. O sol é uma bênção; não deve ser desculpa para desligar o cérebro produtivo.

Um país equilibrado acolhe visitantes, mas não se transforma em cenário. Desenvolve indústria avançada, serviços tecnológicos, agricultura inteligente, economia do mar, saúde, educação internacional, defesa cibernética, energias limpas, software, robótica e inteligência artificial. A paisagem não pode substituir estratégia.

Portugal precisa de perguntar que riqueza quer criar, não apenas que riqueza quer receber. A diferença é enorme. Receber fluxos externos pode aliviar o presente; criar capacidades internas muda o futuro.

Implementar como acto moral

Implementar parece palavra técnica. Não é apenas isso. Num país cansado de promessas, implementar é acto moral. Significa cumprir, medir, corrigir, entregar, manter. Significa que a palavra pública deixa rasto verificável. Uma política que não implementa é literatura administrativa.

A cultura portuguesa do anúncio precisa de ser substituída por uma cultura de obra. Menos inaugurações simbólicas, mais manutenção. Menos estratégias em PDF, mais equipas competentes. Menos fotografias de assinatura, mais resultados auditáveis.

Este capítulo distingue-se dos anteriores porque olha para o futuro produtivo. O bem nacional não é só não roubar; é criar. Um país ético deve também ser capaz de gerar riqueza digna, para que a liberdade não seja apenas direito formal, mas possibilidade concreta de vida.

A economia da permanência

Criar riqueza não é apenas aumentar números. É permitir permanência. Que os jovens possam ficar, que as famílias possam planejar, que as aldeias não morram, que empresas tenham continuidade, que conhecimento se acumule em vez de se dispersar.

Uma economia baseada em ciclos frágeis, salários baixos e dependência externa produz insegurança emocional. As pessoas deixam de imaginar futuro longo. Vivem em adaptação permanente, e uma sociedade em adaptação permanente raramente cria grandes obras.

Portugal precisa de uma economia que dê tempo às pessoas. Tempo para aprender, criar, errar, melhorar, cuidar e pertencer. A riqueza verdadeira tem sempre uma dimensão temporal.

O mar, a energia e o código

O futuro português poderia organizar-se em torno de três metáforas concretas: o mar, a energia e o código. O mar como território científico, logístico, alimentar e ecológico; a energia como soberania e inovação; o código como linguagem produtiva do século.

Nada disto dispensa indústria, agricultura, saúde, educação ou cultura. Mas aponta uma direcção: usar vantagens naturais e humanas para criar valor avançado. O país não pode limitar-se a vender experiências; deve vender conhecimento, produtos, sistemas e soluções.

Este futuro exige Estado estratégico, empresas ambiciosas, universidades abertas e cidadãos menos desconfiados da ciência. A velha frase “isso cá não funciona” tem sido uma das maiores tecnologias de sabotagem nacional.

A soberania do conhecimento

No passado, a soberania media-se sobretudo por território, exército, moeda e fronteiras. Hoje mede-se também por conhecimento. Quem domina tecnologia, dados, energia, cadeias produtivas e ciência aplicada tem margem de decisão. Quem não domina, adapta-se.

Portugal não será soberano apenas por proclamar autonomia. Precisa de capacidades. Precisa de saber fazer, manter, auditar, proteger e inovar. A dependência tecnológica é uma forma moderna de menoridade.

Investir em conhecimento não é luxo de países ricos. É uma das condições para deixar de ser pobre em decisões.

Criar riqueza digna é também acto moral. Sem base produtiva, os direitos ficam dependentes de dívida, favor ou sorte externa.

A construção do futuro exige ainda uma conversa pública capaz de pensar para além do ruído. É aí que entra o capítulo seguinte.



O ruído público e o cinismo nacional

Quando a conversa colectiva deixa de procurar verdade

Uma sociedade que já só reage por indignações sucessivas perde a memória necessária para mudar.

A vida pública moderna vive sob tempestade de informação. Nunca se falou tanto; raramente se escutou tão pouco. O ruído tornou-se uma espécie de nevoeiro eléctrico onde todas as causas ardem durante um dia e quase nenhuma permanece até produzir consequência.

Este capítulo não é contra a opinião. É contra a opinião sem memória, contra o insulto que substitui o argumento e contra o cinismo que se apresenta como inteligência apenas porque já desistiu de tudo.

A fábrica do ruído

O espaço público português tornou-se mais barulhento, mas nem sempre mais inteligente. Há informação em excesso, comentário em permanência, polémicas diárias, redes inflamadas e uma sensação de urgência contínua. Contudo, muito ruído não significa muita consciência.

O escândalo substitui frequentemente a análise. Um caso rebenta, ocupa dias, gera indignação, slogans, insultos, teorias, defesas tribais, cansaço e desaparece. Pouco fica: uma camada nova de cinismo, a convicção de que todos são iguais e a incapacidade de acompanhar processos até à consequência.

Este ciclo é funcional para o poder. Uma sociedade permanentemente distraída por fogos sucessivos raramente constrói memória organizada. Sem memória, não há cobrança. Sem cobrança, não há mudança.

O cinismo como preguiça moral

O cinismo parece inteligência. Muitas vezes é apenas preguiça moral com pose sofisticada. Dizer que nada muda, que todos roubam, que a política é sempre igual, que o povo merece, que Portugal é isto, pode soar lúcido. Mas também serve para absolver quem não quer agir.

O cínico protege-se da decepção deixando de esperar. O problema é que, ao fazê-lo, entrega o terreno a quem tem projecto, mesmo que esse projecto seja capturar o Estado. A descrença generalizada é um fertilizante excelente para interesses organizados.

A lucidez é diferente do cinismo. A lucidez vê a sombra, mas não abdica de distinguir graus, pessoas, possibilidades e responsabilidades. O cinismo mete tudo no mesmo saco e depois senta-se em cima dele, muito satisfeito com a sua superioridade inútil.

Tribalismo e insulto

A conversa pública degradou-se também pelo tribalismo. Muitas pessoas já não perguntam se uma ideia é verdadeira, justa ou útil; perguntam de que campo vem. A pertença substitui a razão. O adversário deixa de ser alguém com quem se discorda e passa a ser alguém a esmagar.

Esta cultura empobrece a democracia. Sem debate sério, restam reflexos. A inteligência pública fica reduzida a claques, e os problemas complexos são tratados como armas de arremesso. A corrupção agradece, a mediocridade agradece, a incompetência agradece. Enquanto a tribo discute símbolos, os interesses discutem contratos.

Recuperar a conversa democrática exige regras simples: ouvir antes de insultar, separar pessoa e argumento, aceitar dados, reconhecer erros, desconfiar dos nossos próprios entusiasmos e recusar a humilhação como método. Parece pouco. Hoje seria quase revolucionário.

Memória cívica

Portugal precisa de memória cívica. Não apenas memória histórica, mas memória de decisões, promessas, processos, responsáveis, custos, consequências. Uma cidadania sem arquivo é facilmente manipulável. Esquece quem prometeu, quem falhou, quem lucrou e quem avisou.

A tecnologia pode ajudar: bases públicas, visualização de dados, jornalismo de investigação, plataformas de escrutínio, arquivos acessíveis, monitorização de contratos e indicadores simples. A transparência não deve ser um favor; deve ser infraestrutura democrática.

Este capítulo fecha com uma mudança de atitude: substituir a indignação episódica por atenção persistente. A República não precisa apenas de cidadãos furiosos; precisa de cidadãos que se lembrem.

A responsabilidade de quem escreve e fala

Intelectuais, jornalistas, comentadores, autores, académicos e cidadãos com voz pública têm responsabilidade acrescida. Não precisam de ser neutros como pedras, mas devem ser honestos no método. A opinião sem cuidado pode iluminar; também pode intoxicar.

A pressa é inimiga da verdade. A necessidade de reagir a tudo cria pensamento curto. Um país que só comenta a quente acaba por decidir com febre. Precisamos de mais espaços lentos, onde a reflexão não seja esmagada pela urgência do dia.

Escrever, falar e publicar são actos cívicos quando procuram clareza. A palavra pública deve abrir janelas, não apenas atirar pedras.

A arte de não desistir da conversa

Mesmo degradada, a conversa democrática não deve ser abandonada. O vazio deixado por quem desiste é ocupado por fanáticos, oportunistas e vendedores de certezas fáceis. Ficar na conversa é, por vezes, uma forma de resistência.

Isso não significa dialogar com tudo ou aceitar insulto permanente. Significa defender espaços onde pessoas de boa-fé possam discordar sem se destruírem. A democracia precisa de conflito civilizado; sem conflito, há servidão; sem civilidade, há guerra tribal.

O combate ao cinismo começa por uma decisão simples: continuar a distinguir. Nem todos são iguais. Nem tudo é inútil. Nem toda a falha é corrupção. Nem toda a esperança é ingenuidade. Distinguir é o primeiro dever da inteligência.

A lentidão como resistência intelectual

Num tempo que exige reacção imediata, pensar devagar tornou-se quase acto subversivo. Não devagar por preguiça, mas devagar por respeito à complexidade. Há temas que não cabem num grito, por mais sincero que seja.

Portugal precisa de lugares de pensamento longo: revistas, blogues, universidades abertas, clubes de leitura, debates locais, ensaios, arquivos. Espaços onde a palavra não esteja refém do algoritmo nem da espuma partidária.

A democracia não vive apenas de velocidade. Vive também da capacidade de respirar antes de decidir.

A democracia precisa de palavra, mas não de ruído infinito. Precisa de memória, distinção e paciência intelectual.

Com a conversa recuperada, torna-se possível organizar a decência. Não como sonho vago, mas como prática cívica.



A organização da decência

Transformar honestidade dispersa em força cívica

A decência isolada consola; a decência organizada começa a governar o futuro.

Depois de diagnosticar falhas, é necessário perguntar como se age. A resposta não pode ser apenas votar melhor, embora isso seja importante. A resposta deve incluir organização, método, redes, dados, presença e persistência.

A decência precisa de aprender a trabalhar em conjunto. O mal organizado não é derrotado por boas intenções dispersas. Este capítulo é o mais prático da obra, ainda que conserve o seu tom filosófico.

Da queixa ao método

A indignação é necessária, mas insuficiente. Pode acordar consciências, abrir debates, dar energia inicial. Porém, se não ganhar método, transforma-se em espuma. Portugal tem muita conversa indignada e pouca arquitectura cívica de acompanhamento.

Organizar a decência significa criar rotinas: observar decisões públicas, acompanhar contratos, exigir respostas, apoiar denunciantes, estudar propostas, formar redes locais, publicar dados, participar em assembleias, pressionar partidos, avaliar eleitos, educar para a cidadania. Não é romântico; é trabalhoso.

Os maus organizam-se porque sabem que o poder recompensa persistência. Os bons, se quiserem deixar de ser espectadores nobres, terão de aprender a mesma lição sem perder a alma. A ética precisa de logística.

Redes de confiança

A solidão cívica é um dos grandes inimigos da mudança. Quem pensa, denuncia ou propõe sente muitas vezes que fala para paredes. Sem rede, cansa-se. Com rede, encontra validação, correcção, protecção e continuidade.

Essas redes não precisam de nascer como partidos. Podem ser associações, comunidades digitais, grupos locais de escrutínio, projectos editoriais, cooperativas, laboratórios cívicos, movimentos temporários em torno de causas concretas. O importante é que não se limitem ao desabafo.

A confiança é essencial. Portugal tem défice de confiança horizontal: cada um desconfia do outro, enquanto as redes de interesse confiam o suficiente para se proteger. Recriar confiança entre cidadãos decentes é acto político profundo.

Tecnologia cívica

A tecnologia pode ser instrumento de libertação ou de controlo. Depende de quem a desenha e para quê. No combate à opacidade, pode tornar visíveis dados públicos, fluxos financeiros, contratos, atrasos, indicadores de justiça, desempenho de serviços e padrões de decisão.

Não se trata de substituir política por dashboards. Trata-se de dar aos cidadãos ferramentas para verem aquilo que o discurso esconde. Um gráfico claro pode desmontar uma propaganda. Uma base de dados aberta pode revelar uma rede. Um arquivo público bem organizado pode impedir o esquecimento conveniente.

Portugal, com a sua tradição de desenrascanço técnico e talento informático, poderia criar uma nova geração de ferramentas cívicas independentes. A luz, neste século, também precisa de servidores, código, APIs e persistência.

Instituições pressionadas por cidadãos adultos

A organização da decência não deve odiar instituições. Deve pressioná-las a cumprir o seu papel. O objectivo não é destruir tribunais, parlamentos, autarquias ou administração pública; é impedir que sejam capturados, deformados ou adormecidos.

Cidadãos adultos não esperam pureza absoluta. Sabem que todo o poder humano tem falhas. Mas também não aceitam que a falha se torne sistema. Exigem transparência sem paranóia, responsabilidade sem linchamento, competência sem servilismo e reforma sem espectáculo.

Este capítulo oferece talvez a proposta mais prática da obra: os bons precisam de deixar de ser ilhas. Não basta ter razão. É preciso criar pontes, mapas e barcos. A moral sem organização é uma vela ao vento.

Pequenas instituições da esperança

A mudança nacional pode começar em estruturas pequenas: uma associação local que fiscaliza uma obra, um blogue que documenta decisões, uma comunidade técnica que cria ferramentas abertas, um grupo de pais que exige qualidade, uma cooperativa que demonstra outro modo de fazer.

Estas pequenas instituições da esperança não substituem o Estado. Mas pressionam-no, inspiram-no e, por vezes, envergonham-no. Mostram que a cidadania não precisa de esperar pela autorização dos grandes aparelhos para começar.

A história das democracias é também feita destes núcleos modestos que, em certo momento, criam linguagem, rede e confiança suficientes para alterar o clima.

O perigo da pureza

Quem organiza decência deve evitar a tentação da pureza. Movimentos cívicos podem transformar-se em tribunais morais permanentes, incapazes de aceitar erro, complexidade ou compromisso. Isso destruiria a própria energia que pretendem libertar.

A vida pública exige firmeza, mas também maturidade. Nem toda a diferença é traição. Nem toda a negociação é corrupção. Nem todo o adversário é inimigo. A decência organizada deve ser exigente sem se tornar sectária.

A superioridade moral é uma droga subtil. O antídoto é manter foco no bem comum, nos dados, nos resultados e na consciência de que todos somos vulneráveis à vaidade.

A disciplina da continuidade

O entusiasmo inicial é fácil. A continuidade é difícil. Muitos projectos cívicos nascem com brilho e morrem por falta de rotina, divisão de tarefas, arquivo, financiamento mínimo, renovação de pessoas e paciência.

Organizar a decência implica aceitar trabalho invisível: actas, bases de dados, contactos, verificações, revisões, reuniões, calendários. Parece pouco heróico. Mas as forças que capturam o Estado conhecem bem o valor da continuidade.

A ética pública precisa de aprender gestão sem perder poesia. Um país muda quando a inspiração encontra disciplina.

A decência organizada é o contrário da resignação elegante. É o momento em que cidadãos comuns percebem que a moral também precisa de agenda, ferramentas e continuidade.

Resta, finalmente, perguntar que contrato moral poderia dar unidade a estas tarefas. É o horizonte do último capítulo.



Um novo contrato moral para Portugal

Direitos, deveres, coragem e futuro

Uma nação renasce quando muda aquilo que já não aceita tolerar.

O último capítulo procura reunir os fios sem repetir os nós. A pergunta já não é apenas o que está mal, mas que contrato moral poderia permitir ao país sair do círculo de denúncia, escândalo, esquecimento e repetição.

Não se trata de desenhar uma utopia. Trata-se de fixar princípios de exigência: consequência, dignidade, dever, competência, protecção, memória e futuro. Uma nação começa a mudar quando muda aquilo que consente.

O que deve tornar-se intolerável

Toda a regeneração começa por uma mudança de limiar moral. Há coisas que uma sociedade passa a considerar intoleráveis. Não apenas ilegais, não apenas inconvenientes, mas indignas da vida comum. Portugal precisa de elevar esse limiar.

Deve tornar-se intolerável que processos relevantes morram no tempo. Intolerável que cargos públicos sejam prémios de fidelidade. Intolerável que a corrupção seja tratada como folclore. Intolerável que vítimas sejam abandonadas. Intolerável que o mérito seja bloqueado por redes pequenas. Intolerável que o Estado humilhe cidadãos com indiferença administrativa.

Esta intolerância não é ódio. É higiene moral. Uma casa não odeia o lixo quando o retira; apenas decide que não quer viver dentro dele.

Direitos e deveres reconciliados

Portugal fala muito de direitos, e bem. Os direitos protegem a pessoa contra o abuso do poder e contra a brutalidade da maioria. Mas uma comunidade que esquece deveres transforma a cidadania em balcão de reclamações. O cidadão não é apenas credor do Estado; é co-autor da República.

O novo contrato moral deve reconciliar direitos e deveres. Direito à justiça, dever de verdade. Direito à liberdade, dever de respeitar a liberdade alheia. Direito à participação, dever de informação. Direito à protecção social, dever de responsabilidade. Direito ao futuro, dever de não o roubar aos outros.

Esta linguagem pode parecer antiga a ouvidos treinados pelo marketing político. Mas sem deveres não há democracia madura. Há apenas consumidores de Estado, contribuintes irritados e poderes felizes por verem a cidadania reduzida a queixa.

Reformas com alma

Portugal precisa de reformas técnicas: justiça mais rápida, administração simples, contratação pública transparente, educação cívica séria, protecção de denunciantes, avaliação de políticas, combate patrimonial à corrupção, dados abertos, descentralização responsável, mérito na função pública e estratégia produtiva.

Mas reformas técnicas sem alma tornam-se engenharia fria. A pergunta moral deve acompanhá-las: isto aumenta dignidade? Protege os vulneráveis? Reduz arbitrariedade? Premia competência? Torna o poder mais legível? Dá futuro aos jovens? Respeita quem trabalha?

Um país não se transforma apenas por decretos; transforma-se quando alguém insiste em imaginar um futuro maior do que o presente permite. A política sem imaginação moral é gestão de declínio.

A esperança como trabalho

A esperança de que Portugal precisa não é optimismo barato. É trabalho. É acordar, estudar, propor, fiscalizar, criar, educar, proteger, corrigir, insistir. É uma virtude musculada, não uma frase bonita no fim de um discurso.

O bem e o mal continuarão a existir. Nenhum livro abolirá a sombra humana. O objectivo civilizacional não é criar anjos, mas construir instituições e culturas onde a maldade tenha menos oportunidades, a corrupção menos abrigo, a mediocridade menos prémio e a coragem mais companhia.

A última palavra desta obra não é denúncia. É avanço. Portugal ainda pode ser mais limpo, mais justo, mais inteligente e mais fiel à sua promessa. Mas a luz não vencerá por estar certa. Vencerá quando se organizar, quando persistir e quando deixar definitivamente de pedir licença à sombra.

A pátria como tarefa

A pátria não é apenas território, memória ou emoção. É tarefa. Existe no modo como cuidamos do que recebemos e no que deixamos a quem vem depois. Um país não pertence apenas aos vivos; pertence também aos mortos que o construíram e aos futuros que ainda não podem defender-se.

Pensar Portugal como tarefa muda o tom da conversa. A pergunta deixa de ser “o que me dá o país?” para incluir “que país estou a ajudar a produzir?”. Esta pergunta não absolve governantes; responsabiliza todos em graus diferentes.

O contrato moral começa quando a cidadania deixa de ser estado de espírito e passa a ser prática continuada.

O futuro como critério

Muitas decisões públicas são tomadas com horizonte curto: eleições, ciclos mediáticos, interesses imediatos, equilíbrios partidários, urgências do momento. Mas uma nação que decide sempre a curto prazo torna-se incapaz de destino.

O futuro deve ser critério moral. Uma política boa não é apenas a que agrada agora; é a que não envergonhará daqui a vinte anos. Uma obra pública, uma reforma educativa, uma estratégia energética, uma lei penal, uma política científica devem ser julgadas também pelos que ainda não votam.

Este critério obriga a humildade. Não somos proprietários do país; somos seus administradores temporários. E talvez a maior forma de bem seja entregar o futuro menos ferido do que o recebemos.

A luz como instituição

A luz de que este livro fala não pode ficar apenas como metáfora final. Precisa de se transformar em instituições: escolas melhores, tribunais mais céleres, administração legível, empresas éticas, associações vigilantes, media responsáveis, cidadãos activos.

A beleza moral só muda o mundo quando ganha forma. Uma ideia justa precisa de orçamento, calendário, equipa, norma, avaliação e memória. Caso contrário, permanece no domínio das boas intenções, onde Portugal já possui um património excessivo.

O futuro exigirá exactamente isto: dar corpo à luz. Não esperar que ela desça sobre o país como milagre, mas construí-la como quem levanta uma ponte sobre terreno instável.

O novo contrato moral não será assinado num único dia, nem por uma única geração. Será feito de hábitos, instituições, escolhas e recusas.

A luz, aqui, deixa de ser metáfora decorativa. Torna-se trabalho. E o trabalho de um país livre nunca está terminado.



Epílogo

A decisão de avançar

Chegados ao fim, talvez reste uma evidência simples: Portugal não precisa de escolher entre lucidez e esperança. Precisa das duas. A lucidez sem esperança torna-se cinismo; a esperança sem lucidez torna-se propaganda. Uma nação adulta deve ser capaz de olhar a sombra sem se apaixonar por ela.

O bem e o mal não são abstracções distantes. Estão nas instituições, nas escolhas, nas omissões, nos hábitos, nas palavras que usamos e nas palavras que calamos. Estão na forma como tratamos dinheiro público, vítimas, denunciantes, adversários, funcionários, jovens, velhos, pobres e talentosos. A moral de uma nação vê-se no detalhe.

Este livro tentou evitar duas tentações: a da vingança e a da ingenuidade. A vingança degrada quem a pratica. A ingenuidade abandona quem precisava de protecção. Entre ambas existe uma via difícil: justiça firme, humana, responsável e consequente.

A pergunta inicial — porque não travam os bons os poucos maus? — não desaparece. Mas ganha resposta parcial: porque os bons, muitas vezes, estão dispersos; porque a coragem custa; porque a memória falha; porque a burocracia cansa; porque o cinismo seduz; porque a organização da decência ainda está por construir.

Nada disto é fatal. Portugal já atravessou pobreza, ditadura, emigração, guerras, crises e promessas quebradas. A sua história não é linear, nem a sua alma é pequena. O que falta é transformar a energia dispersa dos cidadãos decentes numa cultura de exigência pública.

A política voltará a ser nobre quando for medida pela vida concreta que melhora. A justiça voltará a inspirar respeito quando o tempo deixar de ser aliado dos poderosos. A escola voltará a ser fundadora quando formar carácter, e não apenas desempenho. A economia voltará a ser esperança quando criar valor sem vender a dignidade. A tecnologia voltará a ser libertadora quando servir transparência, conhecimento e participação.

A obra termina, portanto, não com ponto final, mas com convocatória. Não para uma marcha de ódio, mas para uma marcha de dignidade. Não contra Portugal, mas contra aquilo que impede Portugal de ser inteiro. Não para destruir a casa, mas para abrir as janelas, limpar os corredores e lembrar aos inquilinos que a casa comum não pertence aos que gritam mais alto nem aos que se servem melhor.

Talvez um dia se possa dizer que houve uma geração que deixou de tratar a sombra como clima natural. Uma geração que percebeu que o futuro não se herda automaticamente; constrói-se com coragem, método e memória. Se esse dia chegar, Portugal não será perfeito. Mas será mais digno. E isso já seria uma revolução silenciosa.

A luz continua disponível. Falta-lhe apenas a decisão colectiva de avançar.

Nota final A luz continua disponível. Falta-lhe apenas a decisão colectiva de avançar.

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos



O Bem e o Mal em Portugal

Francisco Gonçalves · Fragmentos do Caos